

**XXVIII Simpósio Nacional de História – 2015**

**Simpósio Temático “072. História Econômico-Social em debate: os séculos XIX e XX”**

*A Indústria brasileira na década de 1930: uma interpretação de sua dinâmica à luz do argumento da intencionalidade do processo.*

**Almir Pita Freitas Filho - Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de Economia**

RESUMO:

O tema geral dessa comunicação é o desenvolvimento industrial verificado no Brasil na década de 1930, quando da crise do modelo primário exportador e da mudança no padrão de acumulação de nossa economia, da agricultura para a indústria. Nela são apresentados argumentos e indicadores quantitativos relativos ao debate, visto sob a ótica da intencionalidade do processo, tendo como referência a indústria da cidade do Rio de Janeiro.

Sabe-se que, na historiografia econômica referente à industrialização do país nos anos 30, duas versões se apresentam. A primeira, de autoria de Celso Furtado, já consagrada desde a publicação em 1959 do clássico *Formação Econômica do Brasil*, que considera o desenvolvimento industrial do período como subproduto da ação do governo federal em defesa do setor cafeeiro (Furtado, 1972); outra que defende uma ação intencional, promovida pelo mesmo governo (Fonseca, 2002), contando ainda com a participação de representantes do setor (Leopoldi, 1986; 2000; Diniz, 1977; Freitas Filho, 1986).

No exame da dinâmica industrial na década de 1930, partimos das considerações apontadas acima, privilegiando a interpretação que considera a intencionalidade do processo. Para tanto, circunscrevemos nosso objeto de pesquisa ao exame da estrutura e dinâmica da indústria do Rio de Janeiro (cidade) no período assinalado, buscando também identificar suas organizações e o modo de participação de seus representantes no novo cenário econômico e social característico daquela conjuntura.

Avançando um pouco mais no estudo das estruturas econômicas e sociais locais,

tomamos como objeto de investigação a indústria de alimentos, em especial o ramo de moagem de trigo. Considerado um importante segmento da indústria, tanto local quanto nacional, buscamos analisar: (a) sua estrutura e dinâmica ao longo da década de 1930, assim como (b) a atuação de suas lideranças e o perfil de algumas empresas líderes, no sentido de qualificar sua participação no crescimento fabril dos anos 30.

#### DESENVOLVIMENTO:

A comunicação está estruturada a partir de três sequências: uma rápida apresentação dos argumentos explicativos para as causas do crescimento industrial brasileiro na década de 1930, centrada na dicotomia intencionalidade versus não intencionalidade do processo; um cotejo dos indicadores do crescimento industrial nos anos 30 no Brasil e na cidade do Rio de Janeiro. Nesse procedimento sobressai uma semelhança entre a estrutura do setor industrial, nacional e local, marcada pela presença dos segmentos ligados à produção de bens de consumo imediato. E, por fim, uma tentativa de explicar a dinâmica da indústria de alimentos carioca na década de 1930, a partir de ação de alguns de seus agentes, em especial, os fabricantes de trigo. Conclui-se a exposição procurando mostrar a necessidade de se aprofundar nessa linha de investigação.

#### *O debate sobre a indústria na década de 1930 e o argumento da intencionalidade*

Na interpretação clássica de Celso Furtado, a rápida recuperação da economia brasileira na década de 1930 era atribuída ao desempenho do setor industrial que, por sua vez, resultara da política econômica adotada pelo novo governo, instalado com a chamada “Revolução de 30”. Dificilmente associada a uma política de fomento direto à indústria, as ações econômicas empreendidas pelo governo eram destinadas a defenderem os preços do café, produto fundamental para a economia do país, diante de uma crise de dimensão internacional. O foco da ação governamental se voltava para a sustentação do preço externo do café, garantidor, dentre outros, da renda, do emprego nacional, e de reservas cambiais para atender aos compromissos externos. Não haveria, na argumentação do autor, uma intenção visível em estimular outros setores da vida econômica, sendo, portanto, sua ocorrência um desdobramento não intencional dos resultados do objetivo principal da ação do poder público. Já se tornou clássica a afirmativa, em que se apoiam tanto defensores quanto críticos de tal visão, segundo a

qual, “(...) a recuperação da economia brasileira, que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros.” (Furtado, 1972; 193)

Por seu turno, a segunda linha interpretativa, crítica à argumentação de Furtado, defende a existência de uma postura consciente em favor do desenvolvimento da indústria, tanto por parte do Estado, quanto dos industriais, que foi se fortalecendo ao longo da década. Da parte do primeiro caberia tanto a criação de um ambiente institucional cada vez mais favorável às atividades voltadas para o mercado interno, dentre elas a indústria, quanto uma atuação enquanto um organismo econômico, através da criação de empresas públicas, nos ramos siderúrgico, minerador e químico.

Os representantes da indústria, por sua vez, teriam tido seus espaços de representação ampliados, como parte da construção de uma nova “ossatura material” do Estado brasileiro, no decorrer da década de 1930 (Draibe, 1985). Como parte dessa ossatura, podem ser destacadas as novas instituições e instâncias de representação da indústria e dos industriais; uma legislação capaz de favorecer aos interesses desses segmentos; assim como as próprias ações do Estado direcionadas ao setor. Citamos como exemplos: a) a legislação proibitiva da importação de máquinas para as indústrias em superprodução, pelo decreto 19.739 de 7 de março de 1931, que vigorou até 1933. Essa ação foi renovada pelo decreto nº 23486 de novembro de 1933, que durou até março de 1937; b) a organização das classes através da criação de uma estrutura hierárquica de representação, formada por sindicatos, federações e confederações.

Outras ações de política econômica também teriam favorecido ao Processo de Substituição de Importações (PSI), a exemplo da política cambial, através dos decretos: a) nº 20451, de 28 de setembro de 1931, que estabelece o monopólio cambial do Banco do Brasil, e normas para as vendas de letras de exportação ou de valores transferidos do estrangeiro; b) nº 23258 de 19 de outubro de 1933, que visava combater a sonegação fiscal; c) nº 23.501, de 27 de novembro de 1933, que suspendia o pagamento em ouro, assim como seu livre curso no território nacional, institucionalizando o “curso forçado” do mil réis papel.

Essas e muitas outras ações são arroladas por Fonseca (2012; 168-177) no sentido de fortalecer o argumento pelo qual o processo industrializante a partir de 1930, longe de ser um “subproduto” dos interesses cafeeiros, foi marcado por um visível conteúdo intencional.

A defesa da indústria era uma diretriz do poder público, mas que resultava da presença de representantes do setor na formulação de seus princípios, conforme sugere o trecho a seguir: “Ao destacar-se a consciência da política governamental em defesa da indústria, não se pode negligenciar que a mesma contou para sua consecução e fortalecimento com o trabalho dos próprios industriais da época, com relativa organização em órgãos associativos, capazes de fazer o governo adotar medidas e, inclusive, voltar atrás em decisões já tomadas.” (Fonseca, 2012; 169)

Representantes da indústria, por seu turno, conseguiam expressar seu ponto de vista sobre a importância estratégica do setor, particularmente na conjuntura de dificuldades em que se encontrava o país. A indústria era tida como outro caminho, apto à contribuir para uma travessia menos traumática daquele momento desfavorável que atingia a economia brasileira e internacional.

No trecho a seguir, Vicente de Paulo Galliez, representante dos industriais do Rio de Janeiro, em polêmica com Valentim Bouças, da Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros dos Estados e Municípios, em novembro de 1932, reitera o significado econômico da indústria para aquele momento: “A existência e o desenvolvimento da indústria nacional, longe de constituir um encargo para o país, muito tem contribuído para que o Brasil venha atravessando de forma mais suave esse doloroso período de incalculáveis dificuldades para todas as nações”. (Freitas Filho, 1986; 298).

#### *Crescimento industrial nos anos 30: Brasil e Rio de Janeiro (cidade)*

Passemos em seguida para uma breve avaliação da estrutura e dinâmica da indústria brasileira e também do Rio de Janeiro no período assinalado, com o objetivo de caracterizar o crescimento do setor.

Um dos indicadores do crescimento industrial da década de 1930 foi o aumento no

número de estabelecimentos fundados ao longo do período. De acordo com o Censo de 1940, dos 49418 recenseados naquele ano, 34691 (70,2%) foram instalados na década, sendo que 26881 (54,4%) surgiram entre 1933 e 39, considerados os anos de arranque industrial do país, ou a era do primeiro milagre econômico do século (Leopoldi, 2003; 248). Apesar desse inegável crescimento quantitativo, a estrutura do setor era ainda constituído em sua grande parte por pequenas empresas, que possuíam em média 5 trabalhadores.

Os índices do valor da produção industrial, considerados mais significativos em termos qualitativos, também confirmam o crescimento da atividade, especialmente se comparada com o setor agrícola, conforme pode ser visto no Quadro 1.

Uma característica particular do crescimento industrial dos anos 1930 foi o fato de ter se processado com base na capacidade ociosa pré-existente. Para algumas indústrias, como a têxtil, foi proibida a importação de máquinas entre 1931 e 1937. E, apesar dessa limitação para novos investimentos, mesmo que seja possível identificar concessões para importações, que teria contribuído para um retardo tecnológico, a indústria têxtil apresentou um expressivo crescimento entre 1933 e 1939.

O mesmo se pode afirmar para o segmento da fabricação de alimentos e moagem de trigo. Dados de Suzigan (1986; 190-202) indicam um aumento de investimentos na segunda metade da década de 1920 e início de 30, levando a que quatro grandes grupos empresariais concentrassem a maior parte da capacidade produtiva e do mercado nacional. Dois desses grupos, os Moinhos Inglês e Fluminense eram localizados na cidade do Rio de Janeiro.

### **Quadro I**

#### **BRASIL: TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA (1920-1939)**

	1920-1929	1929-1933	1933-1939
	(%)	(%)	(%)
<b>A - Setores produtivos</b>			
<b>Produção Agrícola</b>	<b>4,0</b>	<b>2,5</b>	<b>1,6</b>
<b>Agricultura de exportação</b>	<b>7,5</b>	<b>3,7</b>	<b>1,1</b>
<b>Produção Industrial</b>	<b>2,8</b>	<b>4,4</b>	<b>11,2</b>
<b>Produto Físico</b>	<b>3,9</b>	<b>2,9</b>	<b>4,9</b>
<b>B - Composição do produto físico</b>			
	100		100
	(1919)		(1939)
<b>Agricultura</b>	<b>79,0</b>		<b>57,0</b>
<b>Indústria</b>	<b>21,0</b>		<b>43,0</b>

(Fonte: Villela, Anníbal V. e Suzigan, W. Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975, p. 162).

Conforme foi inicialmente assinalado, o crescimento da indústria brasileira na década de 1930 se deu através de uma persistente participação do grupo de indústrias tradicionais na estrutura do setor, conquanto seja também visível uma crescente diversificação. Os dados de Boneli e Gonçalves (1998) indicam uma queda de dez pontos na participação percentual do valor da produção brasileira dos grupos classificados como tradicionais, passando de 89,67% para 79,65 entre 1920 e 1940. Nesse grupo predominavam os têxteis e alimentos que, em conjunto, representavam mais de 50% do valor corrente da produção.

Quando examinamos a situação da indústria carioca, encontramos um quadro muito parecido como o nacional.

Os dados censitários de 1920 e 1940 classificam as indústrias de alimentos e têxteis como as principais, em termos do valor da produção, capital empregado e uso da força motriz. Tanto em 1920 quanto em 1940, os fabricantes de alimentos representavam 36,3% e 22,0% do valor anual da produção carioca encontrada pelos censos industriais da época, que correspondia à uma primeira posição nesse indicador.

*A indústria de moagem de trigo do Rio de Janeiro (cidade) na década de 1930, sua*

A fabricação de alimentos caracterizou-se por ter sido uma das principais atividades da indústria brasileira desde seus momentos iniciais, no final do século XIX, até a primeira metade do século XX, em particular o ramo de moagem de trigo. De acordo com Suzigan (1986; 191), os primeiros investimentos realizados na produção de farinha de trigo em escala industrial no país datam da década de 1880 e 1890. Na ocasião teriam sido instalados quatro moinhos, sendo dois na cidade do Rio de Janeiro e dois no Rio Grande do Sul.

Conforme já foi assinalado, a fabricação de alimentos era um importante segmento da produção de bens de consumo imediato que, juntamente com a têxtil, constituíram o núcleo dinâmico da estrutura industrial brasileira por um longo período do século XX. Os dados de Bonelli e Gonçalves (1998), confirmam que, ainda em 1950, os dois grupos de indústrias representavam 50,71% do total do valor da produção industrial brasileira naquela data.

Fazia parte da indústria de alimentos os fabricantes de massas alimentícias, biscoitos, laticínios, farinhas, conservas de carne, pescado banha de porco, dentre outros. Sua estrutura congregava centenas de pequenos estabelecimentos e, ao mesmo tempo, ramos mais concentrados, a exemplo dos fabricantes de farinha de mandioca, cerveja, fumo, refinação de açúcar e moagem de cereais indicando uma configuração estrutural especial já em 1920 (Freitas Filho, 1986; 24-33).

Outra particularidade desse segmento refere-se à origem dos capitais empregados. Em alguns ramos do setor é possível detectar a presença de capitais estrangeiros, que se somavam às unidades de capital nacional, a exemplo dos fabricantes de carne e farinha de trigo. Os moinhos Inglês e Fluminense, ambos no Rio de Janeiro, são exemplos de estabelecimentos enquadrados neste perfil.

A antiga capital do país foi pioneira no processo de industrialização do país e, até o início da Primeira Guerra Mundial, ali estava localizado o principal centro industrial do Brasil. Embora o dinamismo inicial da cidade no terreno industrial tenha sido superado

pelo Estado do São Paulo, a indústria carioca manteve uma participação expressiva no valor da produção nacional até o início da década de 1960. E grande parte dessa posição deveu-se ao desempenho da indústria de alimentos e seus ramos mais representativos.

Em 1920, a estrutura industrial carioca, à semelhança da nacional, tinha como seus principais componentes as indústrias de fiação e tecelagem de algodão, moagem de cereais e fabricantes de farinha, cerveja e refino de açúcar. No início da década de 1950, embora essa estrutura já apresentasse um perfil mais diversificado, a participação das “indústrias tradicionais”, em especial a de alimentos, era ainda elevada, tendo por base o valor da produção industrial (Ver Quadro 2).

### Quadro 2

#### Estrutura da Produção Industrial do Rio de Janeiro. % do Valor da Produção (1920-1950)

Grupos de indústria	1920	1940	1950
Minerais não metálicos	1,7	5,0	4,7
Metalúrgico	4,5	6,3	6,1
Mobiliário	2,2	2,6	3,5
Químico e Farmacêutico	7,0	14,6	14,6
Têxtil	20,8	11,03	10,9
Vestuários, calçados e artefatos de tecidos	16,3	8,1	8,6
<b>Produtos alimentares</b>	<b>24,0</b>	<b>27,5</b>	<b>23,0</b>
Bebidas	7,2	4,8	5,8
Editorial e Gráfico	----	6,1	7,9
Outros	16,3%	10,3%	14,9%
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

(Fonte: Censo Industrial do Brasil - 1950. Vol. III, tomo I. Resultados retrospectivos)

Como explicar a persistência de grupos tradicionais de indústrias, assim como seu desempenho e contribuição no crescimento industrial da década de 1930, sob a perspectiva da intencionalidade do processo?

Sem sombra de dúvida a existência de uma estrutura fabril já enraizada em algumas localidades do país, como a cidade do Rio de Janeiro, forneceu vantagens comparativas a esses segmentos, num momento em que a indústria passava a ser o centro dinâmico da economia nacional.

Para essas indústrias o fogo de suas estratégias de crescimento se direcionava no sentido de assegurarem a manutenção de sua capacidade de produção, assim como de seus mercados. Diante do enfraquecimento da concorrência externa, assim como da proteção advinda de políticas econômicas, como a cambial, em um quadro institucional marcado pela centralização das decisões políticas, criava-se um cenário bastante favorável para uma continuidade no crescimento de algumas indústrias, anteriormente instaladas no país. No caso dos moageiros de trigo, eles também dispuseram, do mesmo modo que os fabricantes têxteis, de uma legislação que, por um prazo de 18 meses, proibiu a importação de farinha de trigo.

As ações do governo pós-1930 se tornavam, nesses termos, auxiliares valorosos no processo de crescimento e de consolidação do mercado interno para as indústrias já instaladas. Para seus representantes, haveria um novo quadro institucional, capaz de abrigar seus interesses e demandas, permitindo-lhes partilhar de forma mais integrada na condução da industrialização brasileira substitutiva de importações.

Parece, portanto, bastante compreensível a afirmativa de Suzigan (1986; 198), segundo a qual, entre 1937-38, os 41 moinhos de trigo existentes no país, supriam cerca 93,4% do total do consumo interno de farinha de trigo, sendo que, às vésperas da guerra, esse percentual já alcançava a 99% do consumo total.

Ao findar a década de 1930, estava prestes a se completar a substituição de importação no interior de um segmento da indústria de bens de consumo imediato do país. E, para esse desenlace, fica patente que medidas de caráter intencional teriam tido parte nesse processo. Mas, é necessário maiores pesquisas que aprofundem o estudo dessa relação.

Bibliografia Geral

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso. Cem anos de política



econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

BONELLI, Regis e GONÇALVES, Robson R. Para onde vai a estrutura industrial brasileira? Rio de Janeiro: IPEA, 1998. ( Texto para Discussão n.º 540).

CARONE, Edgard. O Centro industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1827-1977). Rio de Janeiro: Centro Industrial do Rio de Janeiro/Cátedra, 1978.

FISHLOW, A. *Origens e Consequências da Substituição de Importações no Brasil*. Estudos Econômicos. São Paulo, FEA/USP, 2(6): 7-75, dez./1972.

FREITAS Filho, Almir Pita. A industrialização no Rio de Janeiro, 1930-1945: indústria e industriais no antigo Distrito Federal. Niterói: ICHF/UFF, 1986 (Dissertação de mestrado).

\_\_\_\_\_. *História empresarial no Brasil: um balanço historiográfico no início dos anos 90*. Gestão e Desenvolvimento. Vol. 5-6. Viseu, Universidade Católica Portuguesa, 1998, pp. 179-192.

FONSECA, Pedro C. Dutra. *Sobre a intencionalidade da política industrializante no Brasil na década de 1930*. Texto apresentado ao VII Encontro Nacional de Economia Política. Curitiba, PR., Universidade Federal do Paraná, 2002.

\_\_\_\_ et alii. *Os pilares institucionais da política cambial e a industrialização nos anos 1930*. In; Revista de Economia Política, vol. 32, nº 34 (129), out./dez., 2012, p. 597-614.

FONSECA, P. C. Dutra. *Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930*. In: FONSECA, P. C. D. e BASTOS, Pedro P. Z. A Era Vargas. Desenvolvimento, economia e sociedade. São Paulo, Unesp, 2012, p. 159-178.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1972.

GRAHAM, R. A *British Industry in Brazil: Rio Flour Mills, 1886-1920*. Business History, vol. 8, n° 1, 1966, p. 13-37.

\_\_\_\_. A Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GUARITA, Marco Antônio R. A indústria de transformação do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1986 (Dissertação de mestrado).

IBGE. Recenseamento Geral do Brasil (1° de setembro de 1940). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950. Série Nacional, v.III. Censos Econômicos (Agrícola, Comercial, Industrial e dos Serviços).

\_\_\_\_. Idem. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1951. Série Regional. Parte XVI. Distrito Federal, Censo Demográfico (população e habitação). Censos econômicos (agrícola, industrial, comercial e dos serviços).

\_\_\_\_. Conselho Nacional de Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. Recenseamento Geral de 1950. Distrito Federal. Censos Econômicos. Rio de Janeiro, 1956, Série Regional, v. XXIV, t.2.

\_\_\_\_. Classificação da Indústria no Recenseamento Geral de 1950, Rio de Janeiro, 1953 (Documentos censitários, série, C, n° 11).

\_\_\_\_. Brasil, Censo Industrial. 1950. Rio de Janeiro, 1957, Série Nacional, v.III , t.1, Resultados Retrospectivos.

Leis do Brasil. Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, diversos anos.

IBGE. Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1990. Vol. 3, Série Estatísticas Retrospectivas.

IBGE. Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Crescimento industrial, política governamental e organização da burguesia: o Rio de Janeiro de 1844 a 1914*. Revista Rio de Janeiro. 3(1):53-73, mai./ago., 1986.

\_\_\_\_\_. Política e interesses na industrialização brasileira. As associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LEVY, Maria Bárbara. A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

LOBO, Eulália M. L. História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

\_\_\_\_\_. *Historiografia do Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de História. 15(30):45-62, São Paulo: ANPUH/Contexto, 1995.

\_\_\_\_\_. *Características dos empresários do setor privado no Brasil*. Anais. II Congresso Brasileiro de História Econômica e 3.ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói: ABPHE/ICGF-UFF, 1997, pp. 275-286.

\_\_\_\_\_. *História empresarial*. In: CARDOSO, Ciro F. S. e VAINFAS, R. Domínios da história. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 217-239.

MARTINS da Silva, V. *A regulação da indústria de moagem de trigo no Brasil*. Revista de Economia Política, vol. 11, nº. 4 (44), out -dez/1991.

MEIRELLES, D. S. e PINTO, L. F. G. *A Formação da Grande Empresa Industrial Brasileira: Um Estudo do Processo de Crescimento do Grupo J. Macêdo sob a Ótica da Teoria da Firma*. Revista Contemporânea de Economia e Gestão. Vol.4- nº1- jan/jun/2006, p. 29-40.

SILBERT, Simão. *Análise da política econômica e do comportamento da economia brasileira durante o período 1929/1939*. In: VERSIANI, F. R. BARROS, J. R. M. (org.). Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização. São Paulo: Saraiva, 1977.

STEIN, Stanley. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil: 1850/1950. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SUZIGAN, W. e SZMRECSÀNÝI, T. *Os Investimentos Estrangeiros no Início da Industrialização do Brasil*. In: SILVA, S. S. e SZMRECSÀNÝI, T. História Econômica da Primeira República. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p.261-283.

SUZIGAN, Wilson. Indústria brasileira: Origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES, M. da C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VERSIANI, Flávio Rabelo. A década de 20 na industrialização brasileira. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1987.